

RESOLUÇÃO Nº 01/1998

(Publicada no Diário Oficial de 07 e 08/02/1998)

Aprova o regimento do conselho deliberativo do programa de incentivo ao comércio exterior – PROCOMEX.

O conselho deliberativo do PROCOMEX, no uso de sua competência e de acordo com o artigo 1º do regulamento do PROCOMEX, aprovado pelo decreto nº 6.719 de 05 de setembro de 1997.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o regimento do conselho deliberativo do PROCOMEX, que com esta se publica.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

SALA DE SESSÕES, em 22 de janeiro de 1998.

JORGE KHOURY HEDAYE

Presidente

REGIMENTO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PROGRAMA DE INCENTIVO AO COMÉRCIO EXTERIOR – PROCOMEX

CAPÍTULO I FINALIDADE E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Conselho Deliberativo do Programa de Incentivo ao Comércio Exterior – PROCOMEX, instituído na forma da Lei nº 7.024, 23 de janeiro de 1997, modificada pela Lei nº 7.138, de 30 de julho de 1997, vinculado a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, tem por finalidade:

I - estimular as exportações de produtos fabricados no Estado da Bahia;

II - financiar o imposto incidente na exportação de produtos destinados à comercialização e industrialização promovidas por novas indústrias instaladas neste Estado.

CAPÍTULO II COMPOSIÇÃO

Art. 2º O Conselho Deliberativo do PROCOMEX tem a seguinte composição:

I - Secretário da Indústria, Comércio e Mineração, que o presidirá;

II - Secretário da Fazenda;

III - Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia;

IV - Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária;

V - Presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A – DESENBANCO.

§ 1º Os membros do Conselho Deliberativo do PROCOMEX e seus suplentes

serão nomeados pelo Governador do Estado.

§ 2º Os membros do Conselho serão substituídos em suas ausências e impedimentos, pelos respectivos suplentes.

§ 3º O Presidente na sua ausência, será substituído pelo Secretário da Fazenda e, na ausência deste, observar-se-á ordem estabelecida no art. 2º.

Art. 3º O Diretor do Departamento de Indústria, da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, participará das reuniões do Conselho Deliberativo, na qualidade de Secretário Executivo, mas sem direito a voto.

Art. 4º Poderão participar das reuniões do Conselho Deliberativo do PROCOMEX, a critério do Plenário e sem direito a voto, especialistas e técnicos convidados para prestarem esclarecimentos sobre a matéria em pauta, bem como os representantes da Procuradoria Geral do Estado e da Procuradoria da Fazenda Estadual, quando convocados.

CAPÍTULO III ORGANIZAÇÃO

Art. 5º O Conselho Deliberativo do PROCOMEX tem a seguinte organização:

I – Presidência;

II – Plenário;

III - Secretaria Executiva.

Art. 6º À Presidência compete convocar as reuniões do Conselho, dirigir os trabalhos e fazer Executar as sessões do Plenário, orientando os trabalhos administrativos e fiscalizando o cumprimento da legislação pertinente à matéria.

Parágrafo único. A Presidência, em caso de urgência, poderá adotar os atos *ad-referendum* do Plenário, ao qual deverão ser submetidos na primeira reunião a ser realizada.

Art. 7º Ao Plenário, além de exercer a competência do Conselho definida no art. 1º deste regimento, compete privativamente:

I - propor e aprovar o seu regimento e suas atribuições;

II - aprovar as diretrizes e normas operacionais do PROCOMEX;

III - avaliar e controlar o desempenho das atividades do PROCOMEX.

IV - apreciar os atos da Presidência, quando praticados *ad-referendum*, ratificando-os ou não;

V - propor a suspensão e o cancelamento dos benefícios concedidos toda vez que a empresa beneficiada não cumprir as obrigações assumidas ou violar dispositivos da legislação especificada, de acordo com o disposto na mesma;

VI - decidir sobre os recursos de decisões da Secretaria Executiva;

VII - deliberar sobre os pedidos de incentivos e benefícios;

VIII - deliberar sobre as normas de gestão e controle dos recursos alocados para a operacionalização do PROCOMEX;

IX - submeter, anualmente, ao chefe de poder Executivo, relatório de desempenho do PROCOMEX;

X - Appreciar pedidos de alteração de projetos já aprovados pelo Conselho, que impliquem em modificações nos critérios de enquadramento.

Art. 8º O Departamento de Industria da Secretaria da Industria, Comércio e Mineração funcionará como Secretaria Executiva do Conselho, competindo-lhe coordenar o apoio administrativo e técnico necessário ao funcionamento do Conselho.

CAPÍTULO IV FUNCIONAMENTO

Art. 9º O Conselho reunir-se á, por convocação da Presidência, ordinariamente, bimestralmente e, extraordinariamente, quando necessário.

§ 1º As reuniões extraordinárias serão convocadas por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, ou no curso da reunião ordinária.

§ 2º Para o funcionamento do Conselho é exigido um “quórum” mínimo correspondente a 03 (três) de seus membros, incluindo o Presidente.

§ 3º Não havendo “quórum” até a hora estabelecida para o início da sessão, lavrar-se-á termo de presença, ficando o expediente e a ordem do dia transferidos para a reunião imediata, se o Presidente não preferir convocar reunião extraordinária.

Art. 10. As matérias a serem submetidas á apreciação do Conselho deverão ser encaminhadas á Secretaria Executiva, que as registrará e procederá a sua instrução com vistas à sua distribuição.

Parágrafo único. A pauta das matérias a serem apreciadas pelo Conselho será organizada de acordo com a ordem cronológica de entrada e escala de distribuição.

Art. 11. As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples e só poderão ser revistas ou modificadas pela maioria absoluta de seus membros nos pedidos de reconsideração, reservando ao Presidente o voto simples e de qualidade.

Art. 12. Os processos de benefícios às industrias serão previamente analisados por técnicos do Departamento de Industria da Secretaria da Industria, Comércio e Mineração.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto neste artigo, o pessoal técnico do Departamento de Industria poderá realizar inspeção nas instalações das empresas solicitantes do benefício, bem como efetuar auditoria naquelas que já o tenham conseguido, apresentando relatório circunstanciando sobre a situação das mesmas, em relação aos benefícios e elas referido.

Art. 13. Os processos recebidos pela Secretaria executiva do Conselho, após analisados e devidamente instruídos, serão distribuídos para o Conselheiros que serão seus relatores e terão prazo de 10 (dez) dias para emitir parecer.

Art. 14. Qualquer Conselheiro tem o direito de requerer, pelo prazo mínimo de uma sessão ordinária, vista de qualquer processo relatado, antes que seja iniciada a votação.

Parágrafo único. Igual direito é facultado aos representantes da Procuradoria Geral do Estado e da Procuradoria da Fazenda Estadual junto ao Conselho Deliberativo do PROCOMEX.

Art. 15. Vencido o parecer do relator, o presidente designará outro conselheiro dentre os que deram o voto vencedor, para lavrar, no prazo de 05 (cinco) dias, o novo voto, incorporando-se ao processo o parecer inicial e os votos vencido.

Art. 16. As votações serão sempre nominais, registrando se nos atos os nomes dos Conselheiros que votaram com a minoria quando por eles solicitado.

Art. 17. O Conselheiro relator poderá requerer a conversão do processo em diligência para corrigir irregularidades ou obter novos esclarecimentos.

Art. 18. Os conselheiros relatores submeterão preliminarmente à deliberação do Conselho as questões prejudiciais apontadas nos estudos e pareceres.

Art. 19. De cada sessão será lavrada, pelo Secretário Executivo, uma ata, lida e aprovada na sessão subsequente.

Art. 20. As decisões do Conselho Deliberativo do PROCOMEX revestir-se-ão da forma de Resolução, sendo publicadas no Diário Oficial do Estado.

Art. 21. As sessões do Conselho obedecerão a seguinte ordem:

- 1) abertura da sessão;
- 2) leitura, discussão e votação da ata da sessão interior;
- 3) leitura expediente;
- 4) discussão e votação da matéria em pauta;
- 5) o que ocorrer.

CAPÍTULO V ATRIBUIÇÕES

Art. 22. Cabe ao Presidente do Conselho Deliberativo:

I - convocar as reuniões plenárias e presidir as sessões;

II - designar os relatores;

III - distribuir entre os Conselheiros matérias submetidas à apreciação do Conselho;

IV - assinar os atos aprovados nas reuniões e as deliberações do Conselho Deliberativo do PROCOMEX;

V - decidir casos de urgência ou inadiáveis do interesse do PROCOMEX, “*ad-referendum*” do plenário;

VI - solicitar pessoal técnico e auxiliar dos diversos órgãos do Estado para elaboração de estudos, pareceres e pesquisas considerados prioritários;

VII - representar ou fazer representar o Conselho em atos e cerimônias públicas, bem como os órgãos e entidades que envolvam a sua participação, de acordo com a legislação específica;

VIII - fixar prazos e delegar atribuições de sua competência;

IX - fazer cumprir este Regimento;

Parágrafo único. Ao Presidente do Conselho não será distribuído processo para relatar.

Art. 23. Cabe aos membros do Conselho Deliberativo do PROCOMEX:

I - participar das sessões do Conselho, justificando suas faltas e impedimentos;

II - relatar, na forma e prazo fixados, os processos que lhe forem distribuídos;

III - discutir e votar a matéria constante da ordem do dia;

IV - submeter ao Plenário matérias para sua deliberação;

V - pedir vista de processos antes de iniciada a sua votação;

VI - proferir voto escrito e fundamentado quando divergir do voto do relator e for vencido;

VII - requerer, justificadamente, destaque ou preferência para discussão e votação de qualquer matéria incluída na ordem do dia;

VIII - assinar atas;

IX - representar o Conselho sempre que designado pelo Presidente.

Art. 24. Cabe ao Secretário Executivo:

I - coordenar, supervisionar e dirigir os serviços técnicos e administrativos;

II - secretariar as sessões do Conselho, lavrando suas respectivas atas;

III - prestar informações técnicas ao Conselho;

IV - recolher as assinaturas dos Conselheiros no livro de presença;

V - receber e preparar para despacho do Presidente, quando for o caso, toda a correspondência;

VI - manter sobe sua responsabilidade o arquivo do Conselho;

VII - redigir as resoluções tomadas pelo Conselho, arquivando os respectivos processos;

VIII - manter atualizado a relações das empresas, em gozo de fruição dos benefícios do PROCOMEX e amortizações realizadas, bem como cadastro específico daquelas que venham a ter os benefícios suspensos ou cancelados conforme legislação específica;

IX - distribuir aos Conselheiros:

a) 10 (dez) dias após a reunião a respectiva ata;

b) com antecedência de 05 (cinco) dias a matéria objeto da ordem do dia.

X - diligenciar o preparo dos processos;

XI - emitir relatório de análise e parecer técnico conclusivo sobre os processos relativos ao benefício;

XII - arquivar pedido de benefício cuja a empresa não apresente os documentos solicitados necessários à análise do empreendimento;

XIII - oficiar, ao DESENBANCO, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação da Resolução no Diário Oficial do Estado, a habilitação da empresa autorizando a efetivação do funcionamento;

XIV - cumprir todos os demais encargos atribuídos por este Regimento ou pelo Conselho.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. O Conselho não disporá de quadro funcional próprio, podendo requisitar ou ter à disposição servidores da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração.

Art. 26. As decisões do Conselho serão publicadas na íntegra ou em resumo no Diário Oficial do Estado.

Art. 27. O plenário decidirá sobre os casos omissos e dúvidas decorrentes da interpretação deste regimento.